



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.^a Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de janeiro de 2022 foram visados expressamente 92 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando cerca de 201 milhões de euros.

No mesmo período houve uma recusa de visto, representando quase quatro milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE JANEIRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	48	26,09	125 756 106,85	61,26
Visto com Recomendações	28	15,22	62 922 729,41	30,65
Declaração de Conformidade Homologada	16	8,70	12 798 101,33	6,23
Recusa de Visto	1	0,54	3 797 232,00	1,85
Outras extinções da instância (*)	91	49,46	1 000,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	184	100	205 275 169,59	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	48	26,09	125 756 106,85	61,26
Visto com Recomendações	28	15,22	62 922 729,41	30,65
Declaração de Conformidade Homologada	16	8,70	12 798 101,33	6,23
Recusa de Visto	1	0,54	3 797 232,00	1,85
Outras extinções da instância (*)	91	49,46	1 000,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	184	100	205 275 169,59	100

Ligações úteis:

- Acórdãos de recusa de visto (da 1.^a Secção) e algumas outras Decisões em processos de fiscalização prévia (da 1.^a Secção)
- Sínteses de jurisprudência da 1.^a Secção, por assunto e por tipo de decisão

